

## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

### PROJETO DE LEI Nº 2.294, DE 2022

Desonera de tributos federais as peças, partes, acessórios e componentes utilizados na fabricação de veículos ou equipamentos de transporte ferroviário.

**Autor:** Deputado FELÍCIO LATERÇA

**Relator:** Deputado HERCÍLIO COELHO DINIZ

#### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe pretende desonerar de tributos federais a alienação, a receita decorrente dessa operação ou a importação de trens, locomotivas, vagões, de carga ou de passageiros, e veículos ferroviários de qualquer natureza, bem como peças, partes, acessórios, componentes, máquinas e equipamentos destinados ou utilizados na sua industrialização e na sua manutenção.

Nesse quadro, na venda no mercado interno ou na importação de peças, partes, acessórios, componentes, máquinas e equipamentos, novos, para incorporação na industrialização ou na manutenção de quaisquer tipos de veículos ferroviários de transporte, objetiva suspender a exigência de:

- Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica que industrialize equipamentos de transporte ferroviário ou preste serviços de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário;



\* C D 2 2 0 7 0 6 2 6 9 3 0 0 \*

- Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da COFINS-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica que industrialize equipamentos de transporte ferroviário ou preste serviços de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário;
- Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica que industrialize equipamentos de transporte ferroviário ou preste serviços de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário;
- IPI incidente no desembarço aduaneiro, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica que industrialize equipamentos de transporte ferroviário ou preste serviços de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário;
- Imposto de Importação, quando os referidos bens forem importados por pessoa jurídica que industrialize equipamentos de transporte ferroviário ou preste serviços de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário.

Além disso, estabelece que tal suspensão será aplicada às vendas no mercado interno e às importações de trens, locomotivas, vagões, de carga ou de passageiros, e veículos ferroviários de qualquer natureza, destinados à rede de transporte ferroviário público ou privado no território nacional.

Ainda dispõe que:

- Nas notas fiscais relativas às vendas dos referidos bens, deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS”, com especificação do dispositivo legal correspondente;



\* C D 2 2 0 7 0 6 2 6 9 3 0 0 \*

- Nas notas fiscais relativas às referidas saídas, deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

Outra disposição trazida pela proposição em tela determina que as citadas suspensões, após a incorporação do bem no processo de industrialização do equipamento ferroviário ou no respectivo serviço de manutenção, convertem-se em isenção, no caso do Imposto de Importação e do IPI, e em alíquota zero, no caso dos demais tributos.

Ademais, define que a pessoa jurídica que não incorporar ou não utilizar os materiais no processo de industrialização ou no serviço de manutenção de equipamento ferroviário ficará obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência das mencionadas suspensões, acrescidos de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data do fato gerador do tributo, na condição: de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à COFINS-Importação, ao IPI incidente no desembaraço aduaneiro e ao Imposto de Importação ou de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à COFINS e ao IPI. Nesse caso, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, quando a importação for realizada, por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Por fim, estabelece que os bens aqui contemplados deverão ser relacionados em regulamento editado pelo Poder Executivo.

A proposição foi distribuída para as Comissões de Viação e Transportes; Finanças e Tributação, nesta para análise de mérito e adequação financeira ou orçamentária da proposição; e Constituição e Justiça e de Cidadania para exame da constitucionalidade ou juridicidade da matéria. Ela está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.



\* CD220706269300\*

## II - VOTO DO RELATOR

Chega a esta Comissão para análise de mérito da matéria o Projeto de Lei nº 2.294, de 2022, que pretende desonerar de tributos federais a alienação, a receita decorrente dessa operação ou a importação de trens, locomotivas, vagões, de carga ou de passageiros, e veículos ferroviários de qualquer natureza, bem como peças, partes, acessórios, componentes, máquinas e equipamentos destinados ou utilizados na sua industrialização e na sua manutenção.

É sabido que, no Brasil, apesar da péssima condição das estradas e rodovias, o que causa aumento da manutenção nos veículos, do alto índice de assaltos e roubo de cargas, o modal rodoviário ainda é o mais utilizado. Entendemos que precisamos reduzir a dependência que temos do transporte rodoviário, portanto seria interessante o Brasil investir na diversificação dos modais de transporte. Para tanto, investimento em setores, como movimentação de cargas por meio de ferrovias, poderia ser parte das soluções a serem alcançadas.

No mesmo sentido da proposição em tela, alertamos sobre a existência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - Reporto, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004. Seu art. 14 dispõe que “serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação - II, as vendas e as importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens, no mercado interno, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do Reporto e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional”.



Esse dispositivo se aplica também aos bens utilizados na execução de serviços de transporte de mercadorias em ferrovias, classificados nas posições 86.01, 86.02 e 86.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul, e aos trilhos e demais elementos de vias férreas, classificados na posição 73.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul, relacionados pelo Poder Executivo. Além disso, define, no art. 15, que o concessionário de transporte ferroviário pode ser beneficiário do Reporto. Apesar de o Reporto ter duração definida na Lei, achamos pertinente fazermos aqui tal alerta, para que a próxima Comissão de mérito avalie eventuais sobreposições das disposições deste projeto de lei com as da Lei nº 11.033, de 2004.

Dessa maneira, quanto ao mérito, concordamos com o Autor, quando este argumenta que o crescimento do transporte ferroviário só será possível se o Brasil possuir uma indústria ferroviária sólida e competitiva.

No entanto, ressaltamos que o mérito da proposta também será analisado pela Comissão de Finanças e Tributação, a qual, acreditamos, o fará da melhor forma, uma vez que é a Comissão mais indicada para dar a palavra final quanto à sua real e prática viabilidade.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.294, de 2022.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

Deputado HERCÍLIO COELHO DINIZ  
Relator

2022-10399

